



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Rua Amélia, 50 - Espinheiro, Recife/PE, CEP.: 52.020-150
CNPJ. 09.822.982/0001-71 - Fone/Fax 3426-8540 - www.crfpe.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA – COTAÇÃO DE PREÇOS

Cotação de preços nº 041/2021

Solicitante: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco – CRF-PE

UASG: 389452

Local: www.pncp.gov.br

Prazo de aceitação das cotações: 25/09/2021; 17h00min

1. OBJETIVO

1.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo a contratação de empresa de especializada, por meio de dispensa eletrônica regida pela Lei nº 14.133/2021, para prestação de **serviço de gestão de manutenção de frota dos veículos integrantes do patrimônio do CRFPE, por meio de sistema informatizado com utilização de cartão magnético, remunerado por meio de comissão dos serviços**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos Anexos deste documento.

2. INTRODUÇÃO

2.1. Este documento estabelece as normas específicas para a execução dos serviços continuados de gestão da frota de veículos, com utilização de sistema informatizado e integrado de gerenciamento de frota, via internet, com utilização de cartão magnético ou microprocessado, para os serviços de manutenção preventiva e corretiva, serviços elétricos, retifica de motores, funilaria, socorro mecânico e guincho, alinhamento e balanceamento de rodas, borracharia e lavagem, aditivos e óleos lubrificantes, pneus e câmaras de ar, e demais peças para manutenção dos veículos, através de rede de estabelecimentos próprios ou credenciados, para atendimento as demandas do CRF-PE, na utilização de sua frota de veículos oficiais, locados e conveniados, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

3. OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada na área de gestão de manutenção de frota dos veículos integrantes do patrimônio do CRFPE, por meio de sistema informatizado com utilização de cartão magnético, remunerado por meio de comissão dos serviços, conforme os termos expressos nestas Especificações.

3.2. Os serviços serão prestados em todo o território do Estado de Pernambuco.

4. VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura;

4.2. O contrato poderá ser prorrogado em até 60 (Sessenta) meses, mediante apostilamento, com apresentação de fato superveniente imprevisível que justifique a modificação contratual, observados os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:

- a. se os serviços foram prestados regularmente;
- b. se a CONTRATADA não sofreu punições de natureza pecuniária que tenham ultrapassado os limites previstos na tabela 3 da Cláusula Décima Quinta do Anexo I – Minuta do Contrato;
- c. se a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d. se o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração; e
- e. se a CONTRATADA manifestar expressamente interesse na prorrogação.



5. PREPOSTO

5.1. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração do Conselho, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, podendo ser o administrador legal da empresa ou preposto o qual deverá ser indicado mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

5.2. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Administração, deverá apresentar-se à unidade fiscalizadora, em até 5 (cinco) dias úteis, após a assinatura do contrato, para tratar dos assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato, relativos à sua competência, bem como firmar, com o servidor designado para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato.

5.3. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

5.4. A empresa orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

6. UNIDADE INTERESSADA/RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

6.1. Conselho de Farmácia de Pernambuco – CRF-PE.

7. JUSTIFICATIVA PARA NECESSIDADE DOS SERVIÇOS

7.1. A contratação é necessária para manutenção preventiva e corretiva dos veículos integrantes do patrimônio do CRF-PE, uma vez que estão fora do prazo de garantia do fabricante, necessitando de revisões periódicas em todo o Estado de Pernambuco.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Para efeito das presentes especificações, o termo CONSELHO ou CONTRATANTE, significa Conselho de Farmácia de Pernambuco, órgão do Governo Federal que contratará os serviços objeto da presente licitação; o termo LICITANTE define qualquer empresa que apresentar proposta para o presente certame; o termo CONTRATADO ou CONTRATADA define a proponente vencedora do certame, a quem será adjudicado o objeto; e o termo FISCALIZAÇÃO define a equipe que representará o Conselho perante a CONTRATADA e a quem esta última deverá se reportar.

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.2. A Contratada deverá dispor de ampla rede de estabelecimentos conveniados (borracharias, lava jatos, concessionárias, oficinas automotivas, autopeças e serviços de guincho) em todo o Território Nacional, devendo promover o credenciamento de outros, a pedido da Contratante, em função das necessidades que se fizerem presentes, sempre conexas aos interesses públicos, para fins de prestação de serviços gerais de: mecânica, elétrica, funilaria, suspensão, pintura, lubrificantes, filtros, vidraçaria, capotaria, tapeçaria, borracharia, retífica, alinhamento, balanceamento, reboque de veículos(Assistência 24 horas), serviços de chaveiro e fornecimento de peças e acessórios em geral, considerando:

8.2.1. Manutenção Preventiva: compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, obedecendo-se às



recomendações do fabricante do veículo e/ou as recomendações da fiscalização do contrato;

8.2.2. São exemplos de manutenção preventiva: Troca de pneus, alinhamento e balanceamento de rodas e cambagem; troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento; lubrificação e elementos filtrantes de veículos; reposição de palhetas de limpador, baterias, equipamentos de segurança (triângulo sinalizador, chave de roda, cinto de segurança) e combate a incêndios, correias de alternador/gerador, etc; substituição de itens do motor; limpeza de motor e bicos injetores; regulagens de bombas e bicos injetores; limpeza, higienização e lavagem simples e geral (com polimento, aspiração e lubrificação) dos veículos; revisão de fábrica; outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação da fiscalização do contrato.

8.2.3. Manutenção Corretiva ou Pesada - compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais.

8.2.4. São exemplos de manutenção corretiva: Serviços de retífica de motor; montagem e desmontagem de jogo de embreagens; serviços de instalação elétrica; serviços no sistema de injeção eletrônica; capotaria; tapeçaria; borracharia; chaveiro; funilaria e pintura; serviços no sistema de arrefecimento; serviços no sistema de ar-condicionado; revisão geral e serviços integrantes para atendimento das normas obrigatórias de inspeção ambiental veicular, reboque de veículos (Assistência 24 horas), em caso de acidente ou pane, em território nacional.

8.3. A rede credenciada deverá ser suficiente para o pleno atendimento da demanda dos serviços de manutenção e fornecimento de peças, em todo território do Estado de Pernambuco.

8.4. Conforme necessidade da contratante, e sem qualquer ônus a ela, a contratada deverá efetuar o credenciamento de novos fornecedores e prestadores de serviço, tendo para isso, o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da solicitação pelo Gestor do contrato.

8.5. A contratada deverá fiscalizar os serviços prestados pela rede credenciada da contratante objetivando garantir um nível satisfatório de qualidade, compreendendo, entre outros itens, a estrutura física, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra especializada, localização, horários de funcionamento, presteza no atendimento, etc.

8.6. O fornecimento será realizado somente a pessoas autorizadas pelo CRF-PE e nos veículos oficiais, locados e conveniados, previamente cadastrados.

8.7. A contratada deverá providenciar treinamento de todos os envolvidos na fiscalização do contrato e usuários designados para utilização da solução proposta, a serem realizados nas instalações do CRF-PE, no prazo máximo de 15(quinze) dias, contados a partir da data da entrega dos dados cadastrais dos usuários, por meio eletrônico, podendo ser prorrogado, por solicitação da contratada, após análise da motivação pela Administração.

8.8. A Contratada deverá oferecer novo treinamento, sem ônus para a Contratante, sempre que ocorrer qualquer alteração no sistema e/ou houver necessidade durante a vigência do contrato;



8.9. Será considerado como USUÁRIO toda pessoa, a critério da Contratante, que utilizar o sistema de Gerenciamento de Frotas, ao qual a Contratada disponibilizará todo o treinamento necessário para que possam utilizar corretamente o sistema, como também fornecerá senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso.

8.10. A Contratada deverá tornar disponível à Contratante um sistema em ambiente web, de gerenciamento de serviços, cuja tecnologia possibilite/forneça um perfil mínimo de funcionalidade, conforme o descrito nos itens a seguir:

8.11. Abertura de Ordens de Serviço on-line/real time; recebimento de orçamento on-line/real time; avaliação e aprovação on-line/real time de orçamento de peças, acessórios e serviços; cotação de preços de peças, acessórios e serviços on-line/real time; acompanhamento on-line do status dos serviços que estiver sendo efetuado; sistemas Integrados de Informações, permitindo a geração de Relatórios Gerenciais; sistemas Tecnológicos integrados que viabilize a autorização para realização dos serviços de manutenção e reparos e fornecimento de autopeças e acessórios para os veículos da frota da Contratante junto aos estabelecimentos da rede, por meio de senha fornecida aos fiscais designados pela Administração; utilização de logística especializada de rede, com amplo número de oficinas e concessionárias e lojas de peças credenciadas, em todo o território do Estado de Pernambuco; banco de Dados para fornecimento de relatórios gerenciais com históricos dos serviços executados, despesas de manutenção de cada um dos veículos da frota, fornecendo, inclusive, índice de atendimento por tipo de serviço; fornecimento de relatórios específicos, analíticos e sintéticos, por período pré-estabelecido, extraídos por veículos individuais ou grupos, que possibilitem a análise de gastos discriminados em peças e mãos de obra; faturamento de nota fiscal com demonstrativo de compra, discriminado valores gastos com mãos de obra, peças e taxa de administração; sistema tecnológico que possibilite a visualização dos saldos para plataforma da SR e de cada unidade descentralizada no respectivo contrato de manutenção preventiva e corretiva da frota; sistema tecnológico que permita distribuir saldos individuais para plataforma da SR e suas unidades descentralizadas;

8.12. O sistema deverá registrar e armazenar todos os dados da vida mecânica do veículo e, a cada operação: número de identificação da ordem de serviço; número de identificação do cartão ou centro de resultado demandante; Identificação do veículo (tipo de frota e placas); modelo do veículo; centro de custo; data e hora de abertura e fechamento da ordem de serviço; data e hora de início e fim da manutenção do veículo; tipo de serviço (aquisição de peça/ manutenção corretiva/ serviço de guincho); identificação do gestor responsável pela aprovação do orçamento (nome e matrícula); quilometragem do veículo no momento da execução do serviço; descrição dos serviços executados e peças trocadas; valor total de mão de obra; valor total das peças; tempo de garantia dos serviços realizados; tempo de garantia das peças substituídas; valor total da operação; descrição sumarizada da operação; razão social, endereço e CNPJ do fornecedor e/ou prestador de serviço; número e data das notas fiscais emitidas pelo fornecedor; custo por Km rodado;

8.13. Todos os dados deverão estar disponíveis para consulta da Contratante e emissão de relatórios, sendo que, a cada fechamento de período e emissão de nota para pagamento, deverão constar discriminados e separados em relatório de consumo e composição de faturamento.

8.14. O sistema deverá emitir relatórios gerenciais, financeiros e operacionais que permitam o controle de despesas e tipos de serviços, do valor das peças e da mão de obra, das garantias, do histórico de ordens de serviço, orçamentos e de manutenção por veículo e centro de custo;



8.15. Os relatórios disponibilizados pela Contratada, deverão conter no mínimo, as seguintes informações, sem prejuízo a eventuais alterações e adequações às necessidades da Contratante:

8.15.1. Histórico de manutenção por período, por tipo de veículo, por placa, por tipo de frota, por centro de custo e por estabelecimento comercial, com descrição do valor total de peças e valor total de mão de obra; ordem de serviço cadastrada; comparativo de valor negociado na ordem de serviço; registro de garantia de peças e serviços; histórico de orçamentos; relatório de custos por tipo de veículo e centro de custo; composição de frota, com ano de fabricação, tipo de veículo, modelo de veículo, centro de custo, placas e demais dados de identificação; relação completa de discriminada de rede credenciada; tempo de imobilização do veículo; custo por tipo de manutenção; custo global, mensal de serviços e peças.

8.16. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de período pré-estabelecido pelo gestor de frota, permitindo comparativos de desempenho, análise de gestão e migração de dados, possibilitando a sua extração por um período mínimo de 12 meses.

8.17. Os prazos para execução das manutenções/ reparos necessários nos veículos, nacionais ou importados, devem ser estabelecidos de comum acordo com a Contratada, levando-se em consideração o grau de avaria nos mesmos, porém os serviços de pequena monta (manutenções preventivas) deverão ser efetuados sempre dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que para a manutenção corretiva o prazo não seja superior a 120 (cento e vinte) horas, a partir da aprovação do orçamento, sem prejuízo a serviços de maior durabilidade, desde que previamente informados ao gestor do contrato.

8.18. Os serviços de manutenção(preventiva/corretiva) deverão ser executados utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, conforme disposto neste Termo de Referência.

8.19. Contratada se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade.

8.20. A contratada deverá disponibilizar Cartões eletrônicos individualizados disponibilizar em quantidade equivalente à frota de veículos, habilitados para os serviços dos veículos, que deverão conter a identificação da CONTRATANTE: identificação do veículo (placa, modelo, órgão, no que couber). Os cartões deverão ser entregues ao Gestor do contrato, nesta Superintendência Regional, devidamente acompanhados das senhas de utilização, observado o prazo de 15(quinze) dias, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, por solicitação da contratada, após análise da motivação pela Administração;

8.21. A contratada deverá disponibilizar material de treinamento dos usuários que farão o controle do sistema disponibilizado pela CONTRATADA (em arquivo de dados ou papel);

8.22. A contratada deverá disponibilizar Códigos de usuário e Senhas para que a equipe de fiscalização possa acessar a plataforma web.

8.23. Todas as operações serão realizadas interativamente, via web, entre o sistema da Contratada e o operador - servidor autorizado do CRF-PE/CE, mediante opções de execução oferecidas (menus).

8.24. A Contratada deverá ofertar serviços destinados à gestão de frota, apresentando dados quantitativos, mecanismo e processos necessários para viabilizar o acesso a sistema, em ambiente web capaz de atender a todas as demandas da Contratante no escopo do objeto do contrato, e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Rua Amélia, 50 - Espinheiro, Recife/PE, CEP.: 52.020-150
CNPJ. 09.822.982/0001-71 - Fone/Fax 3426-8540 - www.crfpe.org.br

apto a proporcionar soluções globais e integradas, com alto nível de segurança e de controle dos serviços gerais de manutenção dos diversos tipos de viatura do CRF-PE.

8.25. No caso de impossibilidade temporária de se efetuar a transação em meio eletrônico, a rede credenciada deverá aceitar transações e processos de contingência para garantir a continuidade dos serviços contratados.

8.26. A Contratada deverá ter disponíveis sistemas tecnológicos de intendência, fornecendo serviços de gerenciamento informatizado, com metodologia de cadastramento, controle e logística, compreendendo, ampla rede credenciada, em todo território nacional.

8.27. A Contratada tornará disponível o acesso a software, em ambiente web para gerenciamento da frota da Contratante, cadastrando todos os veículos que a integram;

8.28. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros para o controle e gestão das informações sobre os veículos cadastrados, identificando toda e qualquer transação efetuada, cujo atendimento na rede credenciada tenha gerado despesas de manutenção e aquisição de peças originais;

8.29. O prazo para atendimento e solução de problemas técnicos no sistema da Contratada, utilizado no atendimento às demandas da Contratante não deverá ser superior a quatro horas;

8.30. Será considerado como USUÁRIO a(s) unidade(s) administrativa(s) determinada(s) pela contratante, sendo designado(s) servidor(es) responsável(eis) pela fiscalização e gerenciamento dos serviços, aos quais a Contratada tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do órgão fiscal;

8.31. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão estar plenamente equipadas para prestação de serviços mecânicos automotivos e fornecimento de peças e acessórios automotivos.

8.32. Os estabelecimentos da rede credenciada da Contratada deverão fornecer ao usuário do serviço comprovante da transação efetuada, com a descrição dos serviços prestados; dos preços praticados, dos descontos ofertados, das garantias praticadas, data e hora da transação, identificação da credenciada(Nome e Endereço); Identificação do veículo(placa); Valor da operação.

8.33. As oficinas e concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão proceder à entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos, bem como, os certificados de garantia, se houver.

8.34. As oficinas e concessionárias integrantes da rede pela Contratada deverão fornecer garantia conforme estabelecido abaixo:

a) Todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem apresentar garantia mínima de 03 (três) meses, contados da efetiva prestação dos serviços.

b) Os serviços de balanceamento de rodas, alinhamento e geometria de suspensão devem apresentar garantia mínima de 03 (três) meses ou de 5.000 (cinco mil) quilômetros rodados, o que primeiro ocorrer.

c) Os serviços de lanternagem e pintura devem apresentar garantia mínima de 06 (seis) meses, contados da efetiva prestação dos serviços.

d) As peças, componentes e acessórios devem apresentar garantia mínima e 90 (noventa) dias, contados a partir da efetiva instalação, excetuando-se aquelas que tenham garantia específica do fabricante.

e) Os serviços e peças utilizados em serviços de retífica de bloco e/o cabeçote de motor, bem como seus componentes, caixa de câmbio, diferencial, motor de partida, bomba injetora, turbinas,



bomba de direção hidráulica, compressor de ar condicionado, devem apresentar garantia mínima de 06 (seis) meses, contados a partir da efetiva prestação dos serviços, ou, ainda, de 20.000 (vinte mil) quilômetros rodados, utilizando-se como critério o período que findar por último, exceto quando o fabricante das peças oferecer prazo maior de garantia, no que diz respeito as peças substituídas.

f) Os serviços em câmbio e suspensão devem apresentar garantia mínima de 06 (seis) meses, contados a partir da efetiva prestação dos serviços, ou, ainda, de 20.000 (vinte mil) quilômetros rodados, utilizando-se como critério o período que findar por último, exceto quando o fabricante oferecer prazo maior de garantia, exceto quando o fabricante das peças oferecer prazo maior de garantia, no que diz respeito as peças substituídas.

g) A garantia das peças e dos serviços deverá ser cumprida mesmo após o término ou a rescisão do contrato.

8.35. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus para o CRF-PE, os estabelecimentos credenciados, às suas expensas, estão obrigados a:

a) Substituir o material defeituoso; corrigir defeitos de fabricação; trocar o material, no prazo definido pela fiscalização do contrato.

Todos os serviços executados ou materiais fornecidos pelas oficinas e concessionárias conveniadas pela Contratada, estarão sujeitos à aceitação pela fiscalização do contrato, que aferirá se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso. Na prestação dos serviços de manutenção, a credenciada deverá:

a) Devolver os veículos para contratante em perfeitas condições de funcionamento;

b) Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pelo CRF-PE;

c) Permitir que o CRF-PE realize fiscalização da execução dos serviços a serem prestados pela oficina credenciada;

d) Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, similares ou aqueles acertados entre o CRF-PE e a rede credenciada de estabelecimentos, desde que atendidas as recomendações do fabricante do veículo e não podendo valer-se em nenhuma hipótese de itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização expressa do CRF-PE;

e) Atender com prioridade as solicitações da contratante referente à execução dos serviços;

f) Não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização do CRF-PE, bem como prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CRF-PE;

g) Executar os serviços mediante prévia autorização e por meio da emissão de Ordem de Serviço – OS - via internet, aprovada pelo CRF-PE por intermédio do sistema de gerenciamento informatizado;

h) Nos serviços de manutenção, reparar, corrigir, substituir, desfazer e/ou refazer à sua custa e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo definido pela fiscalização do contrato, as peças substituídas e os serviços recusados pela CONTRATANTE por execução com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou, decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão-de-obra, peças, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATANTE, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia;



8.36. A contratada deverá fornecer ao CRF-PE no mínimo três orçamentos dos serviços a serem executados no veículo, informando a relação das peças, componentes e de mais acessórios e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo de serviço e o custo do homem/hora a ser empregado, para aferição do menor preço, vantajoso para a Administração, e aprovação da fiscalização do contrato.

8.37. A aquisição de peças, materiais e demais acessórios para manutenção dos veículos, deverá atentar para o melhor desconto ofertado pela rede conveniada da contratada, sendo considerada como critério, a proximidade do local onde o serviço será executado, avaliando-se o custo/benefício.

8.38. A metodologia de aferição de preço para os serviços de manutenção dos veículos com aplicação de peças, materiais e demais acessórios, serviços de guincho e lavagem, será a comparação entre no mínimo três orçamentos aferindo o menor preço vantajoso para a Administração.

8.39. Nos termos do Acórdão TCU/Nº 2354/2017, diante dos orçamentos apresentados pela contratada(serviços/peças, materiais e acessórios), a fiscalização do contrato realizará pesquisa de preços, podendo utilizar como parâmetro as diretrizes estabelecidas pela Instrução

8.40. Normativa/SLTI/MPOG/nº 05/2014, verificando se o menor valor do orçamento apresentado pela contratada, encontra-se dentro dos preços praticados no mercado, vantajoso para a Administração, inclusive em relação a tabela de preços da montadora do veículo.

8.41. Os serviços somente poderão ser executados após análise do orçamento detalhado, apresentado pela Contratada, e respectiva autorização pela fiscalização do contrato, designado pela contratante.

8.42. O sistema web da Contratada deverá promover a otimização e homogeneização das operações de manutenção automotivas realizadas, com o controle sobre todos os veículos e respectivos usuários.

8.43. O CRF-PE designará os atores da fiscalização do Contrato, com observância aos procedimentos do capítulo V da IN/SEGES/Nº 5/2017, no que couber, e os dispositivos do Art. 67 da Lei 8.666/93 e alterações.

8.44. A contratada deverá estar ciente de que quaisquer entendimentos com a fiscalização do contrato serão feitos sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordem ou declarações verbais.

8.45. Durante a execução do contrato, a contratante poderá incluir ou excluir veículos conforme sua necessidade e conveniência.

8.46. Por solicitação do Gestor do Contrato, a CONTRATADA deverá substituir em prazo definido pelo mesmo, os cartões magnéticos que:

- a) Tenham perdido a validade;
- b) apresentarem defeito que impeça a sua utilização;
- c) tenham sido extraviados.

8.47. O sistema contratado deverá permitir o bloqueio/desbloqueio/troca de senha de cartões em tempo real para gerenciamento, acompanhamento e ações proativas por parte da CONTRATANTE.

8.48. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas resultantes da implantação do sistema de gerenciamento eletrônico, instalações, manutenção, relatórios e outras decorrentes, bem como dos equipamentos periféricos necessários para operação do sistema, conforme a



solução tecnológica utilizada pela CONTRATADA, os quais deverão ser disponibilizados, se necessário, para o CRF-PE, sem qualquer ônus.

8.49. Os equipamentos e softwares de gerenciamento da frota devem permitir a parametrização de cartões e emissão de relatórios gerenciais de controle das despesas de manutenção nos veículos da frota.

8.50. A contratada deverá fornecer para cada veículo um cartão único, parametrizado, vinculado à placa.

8.50.1. Caso o sistema disponibilize a conferência dos dados do condutor, do veículo e da contratante fica dispensado o fornecimento obrigatório do cartão

8.51. A contratante fornecerá à contratada, após a assinatura do contrato, o cadastro completo e atualizado dos veículos, contendo os seguintes dados: Placa; marca; tipo; chassi; combustível; ano de fabricação; capacidade do tanque; hodômetro; nome e registro funcional dos condutores.

8.52. O sistema deverá permitir o fornecimento de 1(um) cartão não vinculado para o CRF-PE/CE, o qual permanecerá em poder do gestor do contrato, para atender veículos oficiais oriundos de outras unidades do CRF-PE, locados e conveniados quando em trânsito no Estado de Pernambuco

8.53. De acordo com a necessidade, poderá ser solicitado pelo Gestor do contrato à CONTRATADA novos cartões não vinculados, não recaindo sobre essa solicitação qualquer ônus para a Administração.

8.54. A contratada deverá ainda disponibilizar senhas pessoais aos condutores, de modo a identificá-los por ocasião da realização dos serviços de manutenção, bem como fornecer novas vias dos cartões.

8.55. A Contratada deverá fornecer novas vias de cartões, sem custo para o CRF-PE, sempre que for solicitado pelo GESTOR do contrato.

8.56. A contratante poderá estabelecer para cada veículo da sua frota um limite de utilização do cartão que não poderá ser ultrapassado sem expressa autorização do Administrador do Contrato. Os atendimentos realizados pela rede credenciada sem a devida cobertura de crédito serão de total responsabilidade da CONTRATADA;

8.57. A contratada deverá possibilitar por meio do sistema informatizado, via WEB, a realocação de limites entre os veículos componentes da frota da contratante sempre que necessário para adequar os níveis de gestão às suas necessidades operacionais;

8.58. O processo de implantação do Sistema pela Contratada compreende as seguintes atividades para a operação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, lavagem, guincho e socorro mecânico: Cadastramento dos veículos; definição da logística da rede credenciada; preparação e distribuição dos equipamentos periféricos; fornecimento à Contratante dos dados cadastrais da rede credenciada; treinamento dos condutores, fiscais, gestores e substitutos; fornecimento de cartões para os veículos.

8.59. A Contratada ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por quaisquer meios, sem autorização prévia e por escrito da Administração do CRF-PE.

8.60. O sistema deverá possibilitar à Contratante solicitar por meio eletrônico(internet(e-mail ou telefone(whatsapp)), serviços de socorro mecânico e de reboque por carro guincho quando os veículos da frota oficial não puderem trafegar.

8.61. A contratada deverá aplicar as boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão 2354/2017, dentre elas:



- a) Enviar, via sistema, após a realização do orçamento inicial, de pedidos de elaboração de orçamentos a outras credenciadas localizadas no local em que o
- b) veículo realizará a manutenção ou nas proximidades;
- c) Previsão nos orçamentos de data de início e de término dos serviços; e

8.62. Os serviços relativos a manutenção de veículos deverão ter abrangência Nacional, uma vez que os veículos poderão, à serviço, e no interesse público, deslocarem-se para os municípios e unidades da federação.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Rua Amélia, 50 - Espinheiro, Recife/PE, CEP.: 52.020-150
CNPJ. 09.822.982/0001-71 - Fone/Fax 3426-8540 - www.crfpe.org.br

10. PRAZOS

9.1 O prazo máximo para início da prestação dos serviços é de 05 (cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato.

9.2 Os prazos para entrega de trabalhos serão controlados e definidos pela CONTRATANTE, analisando caso a caso, de acordo com o nível de complexidade e as condições determinantes das tarefas.

9.3 O não atendimento dos prazos individuais, seja por produtividade abaixo da expectativa da mão de obra, seja por serviço não realizado a contento, ensejará a substituição dos empregados disponibilizados, sem prejuízo das penalidades previstas em contrato, inclusive multas.

11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1 Durante a vigência dos contratos, a execução dos serviços será fiscalizada por representante da CONTRATANTE, designado pelo titular da Diretoria do CRF-PE.

10.2 Caberá à CONTRATANTE o recebimento da nota fiscal ou fatura apresentada pela CONTRATADA e a devida atestação dos serviços, para fins de liquidação e pagamento.

12. ORÇAMENTO ESTIMADO

12.1. Para a prestação de serviços que se pretende contratar estimou-se uma quantidade de serviços técnicos previstos e uma quantidade estimada de trabalho adequada para executar estes serviços. Essa quantidade de trabalho serviu de fundamento à valoração dos serviços. Ressalte-se que a quantidade de prestadores de serviço a serem disponibilizados é de responsabilidade da empresa contratada, desde que atenda a demanda de serviços técnicos ora estimada.

12.2. O orçamento estimado para esta contratação é estimado em **R\$ 35.428,00 (trinta e cinco mil quatrocentos e vinte e oito reais)** valor obtido por meio do histórico de manutenções realizadas nos exercícios de 2020 e 2021.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente à presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões. Omissões estas que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos dos preços propostos e que só em caso de não poderem ser corrigidas por apresentarem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.

13.2. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta da CONTRATADA.

13.3. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da CONTRATANTE.

13.4. Os equipamentos que a CONTRATADA levar para o local da execução do serviço, destinados ao desenvolvimento de seus trabalhos, só poderão ser retirados com autorização formal da CONTRATANTE.

13.5. Os representantes da CONTRATANTE, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

14. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS



2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 Os significados dos termos utilizados na presente especificação são os seguintes:

a) CONTRATANTE: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco.

b) CONTRATADA: Licitante vencedora do certame licitatório, a quem será adjudicado o objeto desta licitação, após a assinatura do contrato.

c) FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO: servidor formalmente designado para acompanhar a execução dos serviços terceirizados de natureza continuada que tenham sido contratados.

d) GESTORA DO CONTRATO: CRF-PE, responsável pela fiscalização da documentação comprobatória da CONTRATADA.

e) REMUNERAÇÃO DO CONTRATADO (RC): Valor a ser pago à CONTRATADA pelos serviços prestados com o Serviço de Gestão de Manutenção de Frota dos veículos integrantes do patrimônio do CRFPE, caso o percentual de RC ofertado seja maior que zero (positivo), ou de Desconto (se negativo).

e.1) RC: Índice percentual fixo de comissão vinculado ao valor ofertado pela licitante, o qual incidirá sobre o valor das manutenções realizadas nos veículos, se seu valor for positivo, ou em Desconto Sobre o Valor dos serviços, se seu valor for negativo ou nulo.

O índice RC será fixado de acordo com a seguinte fórmula:

$$RC = (\text{Valor da Proposta} - 35.428,00) \times 100 / 35.428,00$$

Onde:

Valor da Proposta = Valor global anual da proposta ofertada pela licitante; e

R\$ 35.428,00 = Valor anual estimado das contratações (Total da coluna "E" da tabela do Termo de Referência).

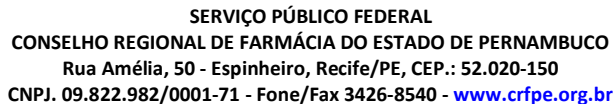
e.2) Considerando que se o percentual de **(RC)** for menor ou igual a zero (nulo ou negativo), a Remuneração do CONTRATADO converter-se-á em Desconto Sobre o Valor dos serviços, não há que se falar, neste caso, em pagamento à CONTRATADA, mas sim em desconto sobre o valor faturado, de acordo com o percentual de **(RC)** vinculado ao valor ofertado pela licitante vencedora durante a licitação, calculado de acordo com fórmula indicada no subitem "14-e.1" acima.

e.3) Tanto o percentual de remuneração – no caso de percentual de **(RC)** positivo – quanto o percentual de desconto – no caso de percentual de **(RC)** negativo – a ser aplicado sobre o valor do volume de faturamento, será fixo e irrevogável durante toda a vigência do contrato, de acordo com a proposta apresentada durante a licitação e com a fórmula indicada no subitem "14-e.1" deste TR.

SERVIÇO	B	C	D	E
	Percentual de Remuneração (se positivo) ou de Desconto (se negativo) do contratado (RC) em %	Valor Anual Estimado da Remuneração ou do Desconto (= B x D) em R\$	Valor Anual dos serviços em R\$	Valor Anual Estimado da Contratação com remuneração ou desconto em R\$
SERVIÇO DE GESTÃO DE MANUTENÇÃO DE FROTA CATSER: 15253	4,2%	R\$ 1.428,00	R\$ 34.000,00	R\$ 35.428,00

Recife/PE, 19 de outubro de 2021

Aldo Cesar Passilongo da Silva
PRESIDENTE



**TERMO DE CONTRATO N.º /2021 QUE ENTRE SI
CELEBRAM, O CONSELHO DE FARMÁCIA DE
PERNAMBUCO, E PARA A
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERVIÇO DE GESTÃO DE
MANUTENÇÃO DE FROTA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

SERVIÇO	Percentual de Remuneração (se positivo) ou de Desconto (se negativo) do contratado (RC) em %	Valor Anual Estimado da Remuneração ou do Desconto em R\$	Valor Anual dos serviços Estimado em R\$	Valor Anual Estimado da Contratação com remuneração ou desconto em R\$
SERVIÇO DE GESTÃO DE MANUTENÇÃO DE FROTA				

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Rua Amélia, 50 - Espinheiro, Recife/PE, CEP.: 52.020-150
CNPJ. 09.822.982/0001-71 - Fone/Fax 3426-8540 - www.crfpe.org.br

1. A despesa orçamentária da execução deste contrato correrá à conta da **6.2.2.1.1.01.04.04.005.007 - Serviço de Manutenção, Adaptação, e Conservação de Bens Móveis e Imóveis**, conforme Nota de Empenho n.º _____, de ____/____/____.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

- 4.1. O prazo máximo para início da prestação dos serviços é de 05 (cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato.
- 4.2. Os prazos para entrega de trabalhos serão controlados e definidos pela CONTRATANTE, analisando caso a caso, de acordo com o nível de complexidade e as condições determinantes das tarefas.
- 4.3. O não atendimento dos prazos individuais, seja por produtividade abaixo da expectativa da mão de obra, seja por serviço não realizado a contento, ensejará em repactuação, desde que sejam os motivos devidamente justificados.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze meses), contado da data de sua assinatura.
2. O presente contrato será prorrogado, mediante apostilamento, até o limite de 60 (sessenta) meses, observados os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea e desde que autorizado formalmente pela autoridade competente, quais sejam:
 - a) se os serviços foram prestados regularmente;
 - b) se a CONTRATADA não sofreu punições de natureza pecuniária;
 - c) se a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d) se o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração; e
 - e) se a CONTRATADA manifestar expressamente interesse na prorrogação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

- 7.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por fiscal designado pelo CRF-PE, permitida a assistência de terceiros.
- 8.2. Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA deve manter preposto, aceito pela Administração da CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

- 9.1. Para fins de acompanhamento do adimplemento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias, a CONTRATADA deverá entregar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, ao setor responsável pela fiscalização do contrato, as cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas de originais dos seguintes documentos:
 - a) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND;
 - b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - c) Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT



2. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

3. Caso a CONTRATADA não honre com os encargos sociais, trabalhistas e fiscais concernentes a este contrato, fica a CONTRATANTE autorizada a subtrair das faturas devidas à CONTRATADA os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais haveres trabalhistas resilitórios, inclusive os encargos legais deles decorrentes devidos aos empregados da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos na Lei 14.133/2021, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DO CONTRATO

11.1. Não será admitido o reajuste deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos da Lei 14.133/2021.

12.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

12.3. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 12.4 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

13.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021 e vincula - se ao Edital e anexos da Cotação de Preços n.º 041/2021, bem como à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA MEDIÇÃO, DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

14.1. Os serviços serão medidos e pagos pelos serviços efetivamente prestados de forma satisfatória, de acordo com as orientações da CONTRATANTE e com as especificações constantes do Termo de Referência da Cotação de Preços n.º 041/2021

14.2. A CONTRATADA deverá entregar até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da prestação do serviço, nota fiscal/fatura dos serviços, emitida em 1 (uma) via, para fins de liquidação e pagamento, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas aos tributos.

14.3. A atestação da nota fiscal/fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

14.4. No caso de as notas fiscais/faturas serem emitidas e entregues à CONTRATANTE em data posterior à indicada no item 10 desta cláusula, será imputado à CONTRATADA o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

14.5. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados da protocolização da nota fiscal/fatura e dos documentos.



14.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

14.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

14.8. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

15.1. Com fundamento no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e será descredenciada do Sicaf e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação, a CONTRATADA que:

- 1.1. apresentar documentação falsa;
- 1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 1.3. falhar na execução do contrato;
- 1.4. fraudar na execução do contrato;
- 1.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 1.6. cometer fraude fiscal;
- 1.7. fizer declaração falsa.

15.2. Será deduzido do valor da multa aplicada em razão de falha na execução do contrato, de que trata o item 1.3, o valor relativo às multas aplicadas em razão do item 1.2.

15.3. O retardamento da execução previsto no item 1.2, estará configurado quando a CONTRATADA:

- 15.3.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data constante na ordem de serviço;
- 15.3.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

15.4. A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente à de impedimento de licitar e contratar.

15.5. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

15.5.1. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, esta será encaminhada para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade do Recife, Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Rua Amélia, 50 - Espinheiro, Recife/PE, CEP.: 52.020-150
CNPJ. 09.822.982/0001-71 - Fone/Fax 3426-8540 - www.crfpe.org.br

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Recife- PE,

Aldo César Passilongo da Silva
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUHAS:

Nome:
CPF.:

Nome:
CPF.: